

Aprenderemos as lições de Mariana e Brumadinho?

Daniella Guimarães de Araújo 

Minas é uma palavra montanhosa.

Carlos Drummond de Andrade

O estado de Minas Gerais sediará em novembro o 8º Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária - o Simbravisa -, que reunirá trabalhadores, gestores e pesquisadores para refletirem sobre o seu vasto campo de atuação na proteção à saúde.

Os inaceitáveis desastres humanos e ambientais ocorridos nos últimos três anos em Minas, nas cidades de Mariana e Brumadinho e causados pela Mineradora Vale, têm muito a ensinar à vigilância sanitária, aos nossos governantes e a todos que se dispõem a aprender com os danos.

Minas Gerais está sob pesar. A palavra “minas”, como escrito acima por Drummond, já revela o minério de suas montanhas, a riqueza, o ouro, o desenvolvimento, a economia. Entretanto a palavra “gerais” possui outra dimensão, que compõe suas lacunas de dignidade, saúde, proteção e preservação. Inclui seus municípios vulneráveis, populações expostas e condições adversas de sobrevivência.

O produto da mineração possui o mesmo binômio benefício/risco, comum ao processo de trabalho em visa e seus diversos objetos de cuidado. Processo que contabiliza também inúmeras tragédias sanitárias em sua linha do tempo, algumas de largo conhecimento público, outras ainda veladas no cotidiano de suas ações. Césio em Goiás. Medicamentos falsificados como o “Celobar”. Próteses contaminadas. Agrotóxicos e seus danos.

As tragédias sanitárias demonstraram um desequilíbrio nesse binômio: o afrouxamento das regras e a avidez por lucros contrapuseram-se à segurança de produtos e serviços, como no caso da Vale e suas barragens e aquilo que chamam de lama, mas que, na realidade, é lixo tóxico pelo alto teor de metais como mercúrio, chumbo, arsênio e outros.

Considerando os desafios políticos e sociais que o país debate, a violação dos direitos humanos, o crescimento da desfaçatez e do desvio ético, a tirania das mídias e todo um cenário mundial de liquidez, torna-se fundamental destacar que a regulação estatal deva ser priorizada naquilo que possui de mais importante: a proteção da vida.

A ideia que vem sendo defendida por muitos, sobre a questão da desregulamentação, do estado mínimo, da autorregulação, deve ser pensada à luz dos crimes acontecidos.

É necessário que a regulação seja elaborada *a priori* com participação da sociedade, com informação e transparência, destinada à segurança humana e ambiental, aos princípios coletivos e não centrada nos interesses particulares.

Assim, algumas indagações se destacam, não querem calar e vão se somando a outras.

Em tempos como os atuais, na avalanche de mais um crime ocorrido, como pensar a autorregulação no Brasil? Poderiam os mercados garantirem a si mesmos?

Será bom lembrar quais cadeias de produção em vigilância sanitária desfavorecem a vida digna e o ambiente sustentável?

Superintendência Regional de Saúde
de Sete Lagoas, Secretaria Estadual
de Saúde, Sete Lagoas, MG, Brasil

*E-mail: daniella.araujo@saude.mg.gov.br

Quantas vezes as tragédias sanitárias ocorridas ensinaram que a ganância e o descaso sobrepujaram o interesse coletivo?

E diante de outras tragédias veladas no cotidiano de trabalho da vigilância sanitária concernente a seus trabalhadores, à pressão política, aos processos de registro e licenciamento equivocados?

Por que a sociedade, em plena era de *gadgets*, comunicação acelerada, *whatsApp* e redes incessantes, ainda desconhece seus direitos a produtos e serviços seguros e não os reivindicam?

Será que nosso modelo de fiscalização tradicional dará conta da prevenção necessária em objetos tão diversos e tempos tão acelerados de produção?

Não será necessário que a regulação em saúde, a educação, a pesquisa e o monitoramento, bem como a gestão e os trabalhadores,ousem ainda mais?

O peso do ocorrido em Minas traz peso para este editorial de início de ano, como não podia deixar de ser, férreo: mais uma vez, ecoa nas montanhas a voz do poeta “E agora, José?”.

Entretanto, pensar essas questões tão urgentes quanto antigas é radicalizar a mudança inadiável, ou seja, ir na raiz dos problemas com o esforço de trabalhadores, pesquisadores e gestores para prevenir a ruptura dessas ações de proteção à saúde.

Aprender as lições de Mariana e Brumadinho é agir com a mais elevada competência na missão precípua da vigilância sanitária e fazer mais do que se espera no trabalho, na ciência e na vida.

O 8° Simbravisa em Minas Gerais está agora mais do que necessário, atual e simbólico.